

Índice

5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	2
5.3 - Descrição - Controles Internos	3
5.4 - Alterações significativas	4

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	5
10.2 - Resultado operacional e financeiro	15
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	19
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	20
10.5 - Políticas contábeis críticas	22
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	23
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	24
10.8 - Plano de Negócios	25
10.9 - Outros fatores com influência relevante	26

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de cambio do dólar, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no Lucro Consolidado antes da tributação.

	Aumento/Redução em pontos base	Efeito no Lucro antes da tributação	Efeito no Patrimônio antes da tributação
31/12/2011	+ 25	(2.442)	(2.442)
	+ 50	(4.884)	(4.884)
	-25	2.442	2.442
	- 50	4.884	4.884
31/12/2010	+ 25	(2.029)	(2.029)
	+ 50	(4.058)	(4.058)
	-25	2.029	2.029
	- 50	4.058	4.058

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado

Manutenção de caixa a níveis adequados ao tipo de produto e negócios da Companhia com o objetivo de minimizar riscos de liquidez.

Identificação antecipada de situações que possam exigir a contratação de operações de hedge com o objetivo de minimizar os riscos financeiros da Companhia.

a. riscos para os quais se busca proteção

Riscos cambiais

b. estratégia de proteção patrimonial (hedge)

Quando aplicável, os instrumentos financeiros a serem contratados são definidos em relação ao risco a ser coberto, situação financeira e de crédito da Companhia, cenário de mercado, além de covenants contratuais, análise de crédito e spread a ser cobrado pela instituição financeira.

c. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)

Vide item “b” acima

d. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos

Contratos de hedge, quando aplicável, limitam-se à cobertura necessária. São precificados segundo as metodologias de mercado vigentes.

e. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos

Não opera

f. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos

O Estatuto prevê que, em caso de oferecimento de garantias reais ou oneração de bens imóveis, as operações devem ser previamente autorizadas pelo Conselho de Administração.

g. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

Os Controles Internos são regulados pelas Normas Administrativas, Instruções de Trabalho, Procedimentos e Manuais integrantes do Sistema de Gestão Integrada.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

- Fatores de risco em relação aos setores da economia em que a Companhia atua:

O crescimento do PIB, assim como a atividade industrial e dos investimentos ficaram abaixo do esperado no início do ano de 2011 e isso refletiu em nossos resultados.

O cenário econômico externo se deteriorou ao longo do ano de 2011 com o agravamento da crise europeia e todos estes fatores geraram postergação de novos investimentos com a consequente redução da procura de nossos produtos.

5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Alterações significativas

Não existem outras informações relevantes.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**10 - COMENTÁRIOS DOS DIRETORES****10.1 – Condições financeiras e patrimoniais gerais****a) Condições financeiras e patrimoniais gerais**

A Companhia apresenta condições financeiras e patrimoniais suficientes para o desenvolvimento de suas operações e cumprir suas obrigações de curto e longo prazo.

b) Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações

Espécie de Ações	Quantidade de ações	a) capital emitido (em R\$)	b) capital subscrito (em R\$)	c) capital integralizado (em R\$)	d) prazo para integralização
Ordinárias	607.192	44.325.016,00	44.325.016,00	44.325.016,00	Não Aplicável
Preferenciais	992.808	72.474.984,00	72.474.984,00	72.474.984,00	Não Aplicável
Total	1.600.000	116.800.000,00	116.800.000,00	116.800.000,00	Não Aplicável

Ações detidas pelos controladores:

Nome	Total Ações	%	Ações Ordinárias	%	Ações Preferenciais	%
CB Holding	368.987	23,06	353.366	58,20	15.621	1,57
Claudio Bardella	1	-	1	-	-	-
Claudio Bardella Junior	8	-	-	-	8	-
Ana Tereza Bardella	1	-	1	-	-	-
Total	368.997	23,06	353.368	58,20	15.629	1,57

Não existe intenção de a Companhia efetuar resgate de ações.

c) Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Em contas a receber de clientes, R\$ 184,7 milhões (Controladora) e R\$ 170,4 milhões (Consolidado) referem-se a contratos de construção de equipamentos sob encomenda, sendo que R\$ 108,6 milhões (Controladora) e R\$ 73,8 milhões (Consolidado) correspondem aos valores líquidos a receber desses contratos e decorrentes da receita bruta reconhecida no resultado e proporcional à produção já realizada dos produtos sob encomenda – contratos de construção, conforme demonstrado na nota explicativa n. 7 às Demonstrações Contábeis. Os demais valores referem-se a outros contratos, produtos e serviços, incluindo valores a receber referentes a vendas de aços laminados e trefilados. Os estoques de matérias primas contém insumos já destinados aos contratos de fabricação em andamento e os adiantamentos a fornecedores são referentes a subcontratações com o mesmo destino. Desta forma, a capacidade de pagamento do passivo circulante é suportada pela execução dos contratos de construção e pela realização dos respectivos valores a receber.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**d) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimento em ativos não circulantes utilizadas**

Imobilizado:	Indexador	Taxa média anual de juros em 12/2011	Controladora		Consolidado	
			31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
BNDES - Finem	TJLP	1,80%	11.090	14.257	11.090	14.257
BNDES - Finem	TJLP	2,90%	1.643	-	4.734	3.117
BNDES - Finem	TJLP	2,34%		-	29.702	17.767
BNDES - Finem	TJLP	4,80%		-	8.207	5.190
Bndes - Prosoft	Fixo	8,50%	2.595	-	2.595	-
BNDES - Finame	TJLP	1,40%	512	-	971	2.065
BNDES - Finame	TJLP	2,30%		4.344	43	-
BNDES - Finame	TJLP	3,80%	201	-	277	1.404
BNDES - Finame	TJLP	3,23%		-	3.301	7.185
BNDES - Finame	Fixa	4,79%		-	3.508	3.946
Outros	Fixa	16,20%	-	-	3.785	-
	CDI	123% do CDI	3.486	4.398	3.486	4.398
Arrendamento Mercantil	Fixo	1,06%		-	4.570	7.493
Total de financiamento para Imobilizado:			19.527	22.999	76.269	66.822
Capital de Giro:						
Financiamento Importação	EUR	3,22%	6.744	-	6.744	-
Financiamento Importação	EUR	5,13%	-	5.623	-	5.623
Financiamento Importação	USD	1,83%	3.025	-	3.025	-
Financiamento Importação	USD	1,95%	-	3.520	-	3.520
Nota de Credito Exportação	CDI	1,00%	-	14.345	-	14.345
BNDES - Finame Fabricante	Fixo	1,26%	-	13.049	-	13.049
Conta Garantida	CDI	1,65%	-	-	-	-
Capital de Giro	TJLP	1,65%	-	15.099	-	15.099
Capital de Giro	CDI	2,83%	41.309	-	41.309	-
Capital de Giro	n/a	16,30%	-	-	-	-

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Financiamento							
Fornecedores							
Serviços Petrobras	CDI	5,00%	-	-	9.229	-	
Outros	-	0,00%	-	-	-	-	
Total Capital de Giro:			51.078	51.636	60.307	51.636	
Total Geral:			70.605	74.635	136.576	118.458	
Parcela Circulante			57.077	57.736	78.743	66.392	
Parcela não circulante			13.528	16.899	57.833	52.066	
Juros Pagos			13.734	17.405	17.943	22.174	

Os financiamentos Finame têm como garantia os próprios bens financiados. Os demais financiamentos não possuem garantia. A Companhia e suas controladas não possuem cláusulas restritivas (*covenants*).

Os juros de empréstimos e financiamentos pagos no período, estão classificados como atividade de financiamento na demonstração dos fluxos de caixa.

Cronograma de desembolsos- Não Circulante

Ano	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
2012	-	5.928	-	18.757
2013	5.646	4.554	25.276	15.236
2014	5.389	4.083	17.888	10.444
2015	2.493	2.334	12.950	7.037
2016	-	-	1.719	592
	13.528	16.899	57.833	52.066

Adiantamentos de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Saldo de Adiantamento de clientes	76.122	69.848	96.705	140.196

A conta "Adiantamento de Clientes" está composta principalmente de valores decorrentes das condições de recebimento referentes a contratos de fabricação de equipamentos e serviços sob encomenda e representam a quantia bruta devida ao contratante relativa aos valores recebidos por conta de trabalhos do contrato ainda por executar, equivalente ao excedente em relação à receita reconhecida através do método da percentagem completada, conforme previsto no CPC 17 - Contratos de Construção.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

e) Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que a Companhia pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Caso haja deficiência de liquidez a Companhia dispõe das seguintes fontes de capital de giro, de acordo com suas características de mercado de atuação:

- a) Financiamento ao fabricante: recursos obtidos junto ao BNDES para completar o fluxo de caixa de uma encomenda durante o período de fabricação.
- b) Investimentos em ativo imobilizado: a Companhia possui limites de crédito junto aos Bancos para obtenção de recursos junto ao BNDES, para máquinas utilizando a linha da FINAME e para os demais investimentos fixos utilizando a linha da FINEM.
- c) Fonte de financiamento a Investimentos necessários para atendimento à carteira de encomendas e manutenção da atividade: Orçamento de Capital

f) Níveis de endividamento e as características de tais dívidas:

O endividamento da Companhia com Instituições Financeiras, para financiamento de capital de giro e imobilizado representa 9,97% do ativo total na Controladora e 16,34% consolidado.

i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Ver item "d"

ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras

Não existem outras relações de longo prazo com instituições financeiras. As negociações para obtenção de recursos de longo prazo são feitas caso a caso. Nenhuma negociação futura está vinculada a nenhuma instituição financeira.

iii. Grau de subordinação entre as dívidas

Os financiamentos são garantidos pelos próprios bens financiados.

iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário

Não existem restrições impostas à Companhia e todos os atos relacionados a endividamento, distribuição de dividendos, alienação de ativos e emissão de novos valores mobiliários, são submetidos ao Conselho de Administração.

g) limites de utilização dos financiamentos já contratados

Não existem limites de financiamentos já contratados e não utilizados.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras

As Demonstrações Financeiras e respectivas notas explicativas referentes ao exercício findo em 31/12/2011 e o comparativo com 31/12/2010, foram publicadas em 23 de março de 2012.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010*(Em milhares de Reais)*

	Controladora	
	2011	2010
Receita operacional líquida	418.596	582.260
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	<u>(359.268)</u>	<u>(549.129)</u>
Lucro bruto	59.328	33.131
Receitas (despesas) operacionais		
Vendas	(25.561)	(38.063)
Administrativas e gerais	(26.592)	(20.978)
Honorários e participação da administração	(3.826)	(4.953)
Despesas financeiras	(23.039)	(19.534)
Receitas financeiras	6.545	7.941
Resultado da equivalência patrimonial	21.617	34.587
Outras despesas e receitas operacionais, líquidos	<u>24.259</u>	<u>7.153</u>
	(26.597)	(33.847)
Lucro operacional	<u>32.731</u>	<u>(716)</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	32.731	(716)
Imposto de renda e contribuição social Corrente	1.921	10.908
	-	-
Diferido	1.921	10.908
Lucro líquido do exercício	<u>34.652</u>	<u>10.192</u>
Atribuíveis a:		
Acionistas controladores		
Acionistas não controladores		
	<u>34.652</u>	<u>10.192</u>
Lucro básico e diluído por ações - R\$	<u>21,66</u>	<u>6,37</u>

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Receita operacional líquida: No início de 2011 acreditava-se que haveria gradual crescimento da demanda por equipamentos nos diversos seguimentos de atuação da Companhia, principalmente alavancados pela retomada dos investimentos em geração de energia hidroelétrica, eólica e no pré-sal. Porém essa expectativa não se concretizou e impactou negativamente no desempenho da indústria nacional. O crescimento do PIB, assim como da atividade industrial e dois investimentos ficaram abaixo do esperado no início de 2011 e isso refletiu no volume de receitas e nos resultados.

Lucro Bruto: Apesar do decréscimo da receita operacional, o lucro bruto apresentou melhoria de 79% em relação a 2010, principalmente devido a ganhos de escala e curva de aprendizado em equipamentos repetitivos fabricados durante o ano de 2011.

Despesas de Vendas, Administrativas, honorários e participações: As despesas administrativas, honorários e participações apresentaram crescimento de 16% na controladora e de 10% consolidado. O decréscimo das despesas de vendas deve-se ao decréscimo do volume de receitas, entretanto o percentual em relação à receita líquida manteve-se relativamente constante, caindo de 6,6% para 6,1% (Controladora) e de 4,8% para 4,6% (Consolidado).

Resultado financeiro líquido: O desempenho do resultado financeiro líquido deve-se a financiamentos a clientes, principalmente de parcelas pós entrega, em função da conclusão da fabricação de equipamentos sob encomenda.

Resultado da equivalência patrimonial: O decréscimo de 37% em relação a 2010 deve-se principalmente ao encerramento das operações com ativos biológicos ocorrido em 2010, com a venda integral desses ativos (gado e reflorestamento), além de relativa redução do resultado da IMMA Indústria Metalúrgica Mecânica da Amazônia Ltda., devido à adequação da estrutura de produção da empresa ocorrida em 2011.

Outras despesas e receitas operacionais líquidas: O resultado positivo da Controladora em 2011 deve-se principalmente à venda de ações da Companhia Vale S/A (ver notas explicativas 11 e 22 às Demonstrações Contábeis). Esse efeito repete-se no Consolidado, somando-se também um aumento das receitas correspondentes a incentivos fiscais das controladas (ver DMPL e nota explicativa n. 22 às Demonstrações Contábeis). Em 2010 a Controladora obteve um resultado positivo em decorrência da venda dos ativos florestais e a conseqüente liquidação dos CPRs – Certificados de Participação em Reflorestamento, entretanto, devido à mudança de perspectivas de resultados de processos administrativos e judiciais, foram constituídas provisões no valor de R\$ 11.557 mil.

Lucro operacional: O lucro operacional de R\$ 32.731 mil deve-se aos motivos já comentados.

Lucro Líquido: O lucro líquido do exercício de R\$ 34.652 mil resulta do lançamento de R\$ 1.921 mil referentes a créditos fiscais diferidos ativos conforme consta na nota explicativa 10-b às Demonstrações Contábeis.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

 Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2011, 2010 (Em milhares de Reais)

Ativo	Controladora	
	2011	2010
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	1.958	348
Contas a receber de clientes	161.290	218.387
Partes relacionadas	31.577	8.222
Estoques	92.065	98.921
Impostos a recuperar	31.437	41.236
Despesas antecipadas	1.001	1.953
Outros créditos	7.171	16.389
	<u>326.499</u>	<u>385.456</u>
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Partes relacionadas	5.941	4.857
Titulos e valores mobiliários	14.191	46.920
Impostos a recuperar	3.986	4.347
Impostos diferidos	-	-
Despesas antecipadas	-	-
Outros créditos	4.973	3.813
	<u>29.091</u>	<u>59.937</u>
Imobilizado	<u>234.554</u>	<u>237.710</u>
Investimentos	<u>108.542</u>	<u>147.265</u>
Propriedade para Investimento	-	-
Intangível	<u>9.501</u>	<u>5.318</u>
Diferido		50
	<u>381.688</u>	<u>450.280</u>
	<u><u>708.187</u></u>	<u><u>835.736</u></u>

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

ATIVO CIRCULANTE

Caixa e equivalentes de caixa: As variações das disponibilidades estão demonstradas na Demonstração dos Fluxos de Caixa – Método Indireto conforme publicação das Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas.

Contas a Receber de Clientes: Esta conta inclui a conta “Efeitos a Faturar” referente aos produtos sob encomenda – Contratos de Construção e registra a receita bruta reconhecida no resultado e proporcional à produção já realizada em relação ao custo total orçado. Ver demonstrativo sobre contratos de construção à nota explicativa 7 às Demonstrações Contábeis.

Estoques: A variação decorre do volume de operações da Companhia. A queda no estoque de matéria prima em relação a 31/12/2010 refere-se ao consumo de materiais, principalmente chapas de aço, perfis e outros destinados aos contratos de construção em execução.

Impostos a recuperar: A variação deve-se ao volume de operações da Companhia,, considerando a conclusão de fabricação de diversos equipamentos e consequentes compensações e restituições.

Impostos diferidos: A variação é decorrente dos ajustes de adições e exclusões para obtenção do Lucro Real, conforme pode ser verificado à nota explicativa 10-b às Demonstrações Contábeis.

Outros Créditos: A redução em 31 de dezembro de 2011 é decorrente do volume de operações da Companhia e deve-se principalmente à redução de adiantamentos a fornecedores estrangeiros relativos à matérias primas e componentes importados

ATIVO NÃO CIRCULANTE

Partes Relacionadas: A variação refere-se às operações entre a controladora e controladas conforme nota explicativa 13 às Demonstrações Contábeis.

Impostos a recuperar: A variação refere-se principalmente à compensação de ICMS sobre aquisição de ativo imobilizado, (ver também comentários no Ativo Circulante).

Impostos Diferidos: Ver comentários no Ativo Circulante.

Outros Créditos: A variação (Consolidado) deve-se principalmente a depósitos para garantias em consórcio, referentes a contratos de fornecimento da Controlada em Conjunto IMMA – Indústria Metalúrgica Mecânica da Amazônia Ltda.

Imobilizado: A variação deve-se à movimentação de aquisições e depreciação dos recursos empregados na manutenção da atividade da Companhia (ver nota explicativa n. 14 às Demonstrações Contábeis)

Investimentos: A variação deve-se principalmente à distribuição (pagamento) de lucros das Controladas referentes ao exercício de 2010, principalmente decorrentes do encerramento das operações com ativos biológicos da controlada Energo Agroindustrial Ltda.

Intangível: A variação refere-se principalmente a aquisição de softwares utilizado nas operações da Companhia.

Diferido: A variação refere-se a amortização e baixas do ativo diferido.

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

		Controladora	
Passivo, Participação de acionistas não controladores e Patrimônio líquido	Nota	2011	2010
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	17	57.077	57.736
Fornecedores		29.812	71.729
Impostos e contribuições a recolher		4.899	2.954
Salários e férias a pagar		13.039	16.228
Adiantamentos de clientes	18	76.122	69.848
Outras contas a pagar		6.614	19.715
Dividendos e juros sobre o capital próprio		9.262	9.570
Imposto de renda e contribuição social	10b	-	-
		<u>196.825</u>	<u>247.780</u>
Não circulante			
Partes relacionadas		10.816	47.577
Empréstimos e financiamentos	17	13.528	16.899
Provisão para demandas judiciais	19	5.568	11.377
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10b	43.383	56.407
Outras contas a pagar		10	10
		<u>73.305</u>	<u>132.270</u>
Patrimônio líquido	20		
Capital social		116.800	116.800
Reservas de capital		65.763	36.593
Ajustes de avaliação patrimonial		138.147	167.416
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		547	-
Reservas de lucros		116.800	134.877
Participação de acionistas não controladores		<u>-</u>	<u>-</u>
		<u>438.057</u>	<u>455.686</u>
		<u><u>708.187</u></u>	<u><u>835.736</u></u>

10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

PASSIVO CIRCULANTE

Financiamentos e Empréstimos: A variação refere-se principalmente à liquidação de empréstimos BNDES – FINAME/FINEN na Controladora e aumento dos empréstimos FINAME e para capital de giro nas controladas (Consolidado).

Fornecedores: A variação decorre da queda do volume de operações da Companhia.

Impostos e Contribuições a Recolher: A variação decorre da queda do volume de operações da Companhia.

Salários e Férias a Pagar: A variação decorre do volume das operações da Companhia e das programações de férias aos colaboradores. Em 31/12/2011 o número de colaboradores era de 1.465 e de 2.007 em 31/12/2010.

Adiantamento de Clientes: A variação decorre das características dos cronogramas de recebimentos e da execução dos produtos sob encomenda – contratos de construção.

Outras Contas a pagar: A variação decorre do volume de operações da Companhia, principalmente da movimentação de provisões de custos específicos necessários para conclusão de contratos de construção.

Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio: Não há variação significativa pois, de acordo a Interpretação Técnica ICPC 08 – Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos, a Companhia registra nesta rubrica o dividendo mínimo obrigatório (ver DMPL e nota explicativa n. 20-d às Demonstrações Contábeis).

PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Financiamento e Empréstimos: A variação decorre principalmente de empréstimos FINAME nas Controladas (Ver comentário do Passivo Circulante).

Provisão para Contingências: . A redução verificada em 31/12/2011 em relação a 31/12/2010 refere-se principalmente à mudanças de perspectivas e julgamentos favoráveis em processos administrativos judiciais com consequente redução de valores provisionados.

Outras Contas a Pagar: A redução refere-se a pagamentos diversos efetuados em 2011.

Reservas de Capital: A variação decorre da constituição de reservas de incentivos fiscais – investidas, relativas a subvenções governamentais. As subvenções governamentais, uma vez atendidos os requisitos necessários, foram reconhecidas como receita conforme determina o CPC 7 – Subvenção e Assistência Governamentais, entretanto devido às restrições legais quanto à distribuição aos sócios ou acionistas, foram creditadas à conta de Reservas de Incentivos Fiscais.

Ajustes de Avaliação Patrimonial / Outros resultados abrangentes: Nesta conta estão registrados os ajustes de avaliação patrimonial decorrentes da atribuição de novo custo a certas classes do ativo imobilizado e do valor justo relativo a títulos e valores mobiliários disponível para venda (ações da Cia Vale do Rio Doce), inclusive os respectivos reflexos das equivalências patrimoniais das investidas. As variações decorrem das flutuações das cotações e baixas por vendas destes títulos e das depreciações e baixas do ativo imobilizado.

Reservas de Lucros: A variação é decorrente da constituição de reserva legal e retenção de lucros em função de orçamento de capital. Na subdivisão “Retenção de Lucros” estão registradas as retenções efetuadas com base em Orçamentos de Capital e aprovados em assembléia de acionistas . Não houve proposta de orçamento de capital sobre lucros decorrentes do exercício de 2011. Em 2011 as Reservas de Lucros ultrapassaram o capital social e o excesso consta da proposta do Conselho de Administração para distribuição como dividendos.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

10.2 – Resultados das operações

a) Componentes importantes da Receita e fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais.

Considerando que o crescimento do PIB, a atividade industrial e os investimentos da indústria em 2011, ficaram abaixo do esperado, a receita líquida de vendas da Companhia apresentou volume inferior a 2010, acompanhando o movimento econômico.

O total da receita líquida a apropriar considerando controladora e coligadas em 31.12.2011 era de R\$ 497 milhões.

A receita líquida a apropriar da controladora em 31.12.2011 era de R\$ 243,69 milhões e em 31.12.2010 de R\$ 332,28 milhões.

Em 2011, a receita líquida de vendas de aços trefilados e laminados foi de R\$ 68,37 milhões (R\$ 75,29 milhões em 2010).

Além dos produtos seriados, contribuíram para a realização da receita operacional bruta do ano, os seguintes fornecimentos:

- Pontes rolantes para diversas siderúrgicas brasileiras e indústrias em geral;
- Equipamentos de processos para a Petrobras e suas subsidiárias;
- Equipamentos hidromecânicos e de levantamento, além de servomotores e unidades hidráulicas para as usinas de Santo Antonio e Jirau;
- Equipamentos para movimentação de minérios;
- Peças seriadas para turbinas eólicas.

b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços.

Conforme já explicado no item a, houve um decréscimo da receita operacional líquida de 28,1% em relação a 2010 (Controladora) e 26,3% (Consolidado) devido principalmente à baixa procura interna dos nossos produtos e grande concorrência com os produtos importados.

As operações da Companhia e das suas controladas estão sujeitas aos fatores de riscos abaixo descritos:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas adotam como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia e suas controladas somente realizam operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

Risco de preço das mercadorias vendidas ou produzidas ou dos insumos adquiridos

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados ou produzidos pela Companhia e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia e das suas controladas. Para mitigar esses riscos, a Companhia e suas controladas monitoram permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro*Risco de taxas de juros*

Decorre da possibilidade da Companhia e suas controladas sofrerem ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia e suas controladas buscam diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas, e em determinadas circunstâncias podem ser efetuadas operações de *hedge* para travar o custo financeiro das operações. Os resultados (ganhos e perdas) apurados nas operações com derivativos estão integralmente reconhecidos na demonstração do resultado do período da controladora conforme demonstra a Nota 22.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e suas controladas para aquisição de insumos, venda de produtos e contratação de instrumentos financeiros. A Companhia e suas controladas avaliam permanentemente a possibilidade de contratação de operações de *hedge* para mitigar esses riscos.

Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e as suas controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*), quando aplicável, previstos em contratos de empréstimos e financiamentos. Em determinadas circunstâncias podem ser efetuadas operações de *hedge* para evitar oscilações do custo financeiro das operações.

A Companhia administra a estrutura do capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

Os índices de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2011 e de 2010 podem ser assim sumariados:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2011	31/12/2010	31/12/2011	31/12/2010
Empréstimos e financiamentos	70.605	74.635	136.576	118.458
Fornecedores	29.812	71.729	38.790	74.304
Provisao IR e CS	-	-	1.713	11.727
Provisão partic da diretoria	2.144	1.930	2.144	1.930
Dividendos Propostos/Juros s/Cap.Próprio	9.685	9.570	9.685	10.871
Adiantamento de clientes	76.122	69.848	96.705	140.196
Provisão de férias e encargos	8.004	10.385	10.281	15.335
Provisão para contingências	5.568	11.377	9.144	14.772
Empresas Coligadas/Controladas	10.816	47.577	-	-
Provisão Imposto de Renda e Contrib Social diferidos	43.383	56.407	50.019	69.512
Outros	14.414	26.592	33.769	42.086
Dívida líquida	270.553	380.050	388.826	499.191
Patrimônio líquido	437.634	455.686	446.748	464.865
Patrimônio líquido e Dívida líquida	708.187	835.736	835.574	964.056
Coeficiente de alavancagem	0,38	0,45	0,48	0,52

Risco de concentração de negócios

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

Considerando as características do mercado de bens de capitais de longo prazo de fabricação, a Companhia e suas controladas estão sujeitas ao risco de concentração de negócios, entretanto os contratos relacionados a tais projetos geralmente preveem cláusulas de pagamento vinculadas a eventos físicos de fabricação, o que reduz o risco de inadimplência.

c) impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor

Os contratos para fabricação de bens sob encomenda contém cláusulas de reajuste de preços vinculadas a índices econômicos que objetivam equalizar as variações de preços dos insumos, entretanto, por imposição legal, a periodicidade de tais reajustes não pode ser inferior a um ano. Tais contratos, tanto de médio e longo prazo contém também cláusula referente ao equilíbrio econômico do contrato, com o objetivo de proteção contra variações anormais de preços dos insumos.

Os indexadores e taxas de juros dos financiamentos e empréstimos estão mencionados na nota explicativa 17 às Demonstrações Contábeis.

Sensibilidade de taxa de juros sobre empréstimos e financiamentos

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no Lucro consolidado antes da tributação. Com relação ao Patrimônio Líquido Consolidado, o impacto apresentado não é significativo.

	Aumento/Redução em pontos base	Efeito no Lucro antes da tributação	Efeito no Patrimônio antes da tributação
31/12/2011	+ 25	(152)	(152)
	+ 50	(304)	(304)
	-25	152	152
	- 50	304	304
31/12/2010	+ 25	(261)	(261)
	+ 50	(521)	(521)
	-25	261	261
	- 50	521	521

A oscilação estimada em pontos base para a análise de sensibilidade a taxas de juros é baseada nas taxas atualmente praticadas no ambiente de mercado correlacionada as taxas negociadas nos contratos das empresas que compõem o Patrimônio Consolidado.

Moeda Estrangeira

Os saldos de ativos e passivos denominados em moeda estrangeira estão demonstrados abaixo:

Natureza do Saldo	Valores (em R\$ mil)		
	31/12/2011	31/12/2010	Moeda
Adiantamentos para importações	1.018	3.845	EUR
Adiantamentos para importações	241	521	USD
Financiamento Finimp	6.744	5.623	EUR
Financiamento Finimp	3.025	3.520	USD
Importações de materiais	32	1.610	EUR
Importações de materiais	733	1.728	USD

10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de cambio do dólar, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no Lucro Consolidado antes da tributação.

	Aumento/Redução em pontos base	Efeito no Lucro antes da tributação	Efeito no Patrimônio antes da tributação
31/12/2011	+ 25	(2.442)	(2.442)
	+ 50	(4.884)	(4.884)
	-25	2.442	2.442
	- 50	4.884	4.884
31/12/2010	+ 25	(2.029)	(2.029)
	+ 50	(4.058)	(4.058)
	-25	2.029	2.029
	- 50	4.058	4.058

10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

10.3 – Efeitos relevantes com introdução ou alienação de segmento operacional, constituição, aquisição ou alienação de participação societária e eventos ou operações não usuais.

a) introdução ou alienação de segmento operacional

Não aplicável.

b) Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Foi constituída no final de 2011 a Barefame Industrial Ltda., e está situada na cidade de São Mateus – ES. A empresa tem como objetivo principal a industrialização de máquinas e equipamentos. Não houve qualquer operação industrial ou comercial até o final do exercício de 2011.

c) Eventos não usuais

Não aplicável.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

10.4 – Práticas contábeis e parecer dos auditores

a) mudanças significativas nas práticas contábeis

Base de preparação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

As demonstrações contábeis consolidadas encerradas em 31 de dezembro de 2011 são apresentadas pela Companhia de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária previstas na Lei nº 6.404/76 com as alterações da Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Nas demonstrações contábeis individuais, os investimentos em controladas estão avaliados pelo método de equivalência patrimonial, enquanto para fins das normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB, seria pelo custo ou valor justo. Contudo, não há diferenças entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pela Companhia e o patrimônio líquido e resultado da entidade controladora em suas demonstrações contábeis individuais, exceto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2010, relativo ao ativo diferido.

A Companhia declara que as demonstrações contábeis consolidadas estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB e também de acordo com os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2011, as quais incluem os novos pronunciamentos, interpretações e alterações, das seguintes normas, modificações e interpretações publicadas pelo IASB e IFRIC (International Financial Reporting Interpretations Committee).

b) efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Listamos a seguir as normas emitidas que ainda não haviam entrado em vigor até a data de emissão das demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas. Esta listagem de normas e interpretações emitidas contempla aquelas que a Companhia e suas controladas de forma razoável esperam que produzam impacto nas divulgações, situação financeira ou desempenho mediante sua aplicação em data futura. A Companhia e suas controladas estão avaliando os impactos destes pronunciamentos e pretendem adotar tais normas quando as mesmas entrarem em vigor.

- IAS 1 Apresentação das demonstrações contábeis – Apresentação de itens de outros resultados abrangentes: Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2012.

- IAS 12 Imposto de renda – Recuperação dos ativos subjacentes: Esta emenda esclareceu a determinação de imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo valor justo. Introduz a presunção refutável de que o imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo modelo de valor justo no IAS 40 deveria ser definido com base no fato de que seu valor contábil será recuperado através da venda. Esta emenda entra em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2012.

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração

O IFRS 9 na forma como foi emitido reflete a primeira fase do trabalho do IASB na substituição do IAS 39 e refere-se à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros conforme estabelece o IAS 39. A norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. Em fases subsequentes, o IASB examinará contabilidade de cobertura e perda no valor recuperável de ativos financeiros. Esse projeto deverá ser encerrado no primeiro semestre de 2012.

10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

- IFRS 10 – Demonstrações financeiras consolidadas: O IFRS 10 substitui as partes do IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais que se referem ao tratamento contábil das demonstrações financeiras consolidadas. Inclui também os pontos levantados no SIC-12 Consolidação — Entidades para Fins Especiais – Envolvimento com Outras Entidades. O IFRS 10 estabelece um único modelo de consolidação baseado em controle que se aplica a todas as entidades, inclusive às entidades para fins especiais. As alterações introduzidas pelo IFRS 10 irão exigir que a administração exerça importante julgamento na determinação de quais entidades são controladas e, portanto, necessitam ser consolidadas pela controladora, em comparação com as exigências estabelecidas pelo IAS 27. Esta norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

- IFRS 11 – Acordos conjuntos: Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013 e traz mudanças nos conceitos e métodos de consolidação deste tipo de empreendimento.

- IFRS 13 – Mensuração de valor justo: Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013. O objetivo deste pronunciamento é reduzir a complexidade nas mensurações de valor justo uma vez que estabelece um conceito único para esta mensuração e aumentar a consistência dos relatórios emitidos que envolvem este tipo de mensuração.

- IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e individuais (revisado em 2011): Como consequência dos recentes IFRS 10 e IFRS 12, o que permanece no IAS 27 restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto, e associadas em demonstrações financeiras em separado. Esta emenda entra em vigor para períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

- IAS 28 Contabilização de investimentos em associadas e joint ventures (revisado em 2011): Como consequência dos recentes IFRS 11 e IFRS 12, o IAS 28 passa a ser IAS 28 Investimentos em associadas e joint ventures, e descreve a aplicação do método patrimonial para investimentos em joint ventures, além do investimento em associadas. A Companhia e suas controladas estão avaliando o impacto completo das emendas restantes. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

- IFRS 7 Instrumentos financeiros: Divulgações - Aumento nas divulgações relacionadas a baixas: Esta emenda exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos, porém não baixados, a fim de possibilitar que o usuário das demonstrações contábeis da Companhia e suas controladas compreenda a relação com aqueles ativos que não foram baixados e seus passivos associados. Além disso, a emenda exige divulgações quanto ao envolvimento continuado nos ativos financeiros baixados para permitir que o usuário avalie a natureza do envolvimento continuado da entidade nesses ativos baixados, assim como os riscos associados. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de julho de 2011, e, no Brasil, somente após a aprovação do CPC. A emenda em questão afeta apenas as divulgações e não tem impacto sobre o desempenho ou a situação financeira da Companhia e suas controladas.

c) ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Ênfase: Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Bardella S.A. Indústrias Mecânicas essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligada e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Na opinião dos auditores independentes não está ressalvada em função desse assunto.

10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5 - Políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia:

Sumário das principais práticas contábeis

As práticas contábeis estão consistentes com aquelas divulgadas na nota explicativa 3 nas demonstrações contábeis do exercício social findo em 31 de dezembro de 2010, exceto por operações com instrumentos financeiros somente contratados no período de 2011, conforme apresentado a seguir:

Instrumentos financeiros derivativos

Instrumentos financeiros derivativos são classificados como ativos financeiros quando o valor justo é positivo e como passivos financeiros quando o valor justo é negativo, sendo sua contrapartida contabilizada no resultado do exercício como ganhos / perdas com derivativos na rubrica de resultado financeiro líquido.

Valor de mercado

O valor de mercado dos instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados organizados é determinado com base nos valores cotados no mercado na data de fechamento do balanço. Na inexistência de mercado ativo, o valor de mercado é determinado por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de transações de mercado recentes entre partes independentes, referência ao valor de mercado de instrumentos financeiros similares, análise dos fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

Classificação entre circulante e não circulante

Instrumentos financeiros derivativos são classificados como de circulante e não circulante ou segregados em parcela de circulante e não circulante com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados.

Quando a Empresa mantiver um derivativo como hedge econômico (e não aplicar contabilidade de hedge), por um período superior a 12 meses após a data do balanço, o derivativo é classificado como não circulante (ou circulante se mantido por um período inferior a 12 meses), consistentemente com a classificação do item correspondente.

O instrumento derivativo é segregado em parcela de curto prazo e de longo prazo apenas quando uma alocação confiável puder ser feita.

10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs

10.6. Controles internos

Os sistemas contábeis e de controles internos adotados pela Empresa são adequados ao tipo de atividade e volume de transações da Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados

10.7. Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores devem comentar:

Não se aplica a nossa Companhia.

10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

10.8. Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor:

a) os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos

Pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional, que incluem aluguéis de equipamentos e imóveis, quando aplicável, são reconhecidos como despesas no demonstrativo de resultados em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento. Quando necessário, a Companhia pode utiliza-se de arrendamentos operacionais para bens de informática e veículos.

ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos

Não aplicável

iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não aplicável

iv. contratos de construção não terminada

Não aplicável

v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável

b) outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Não aplicável

10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores devem comentar:

a) como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Não aplicável

b) natureza e o propósito da operação

A natureza do arrendamento operacional é aluguel e o propósito é cobrir necessidades temporárias de tais recursos.

c) natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

A natureza é o pagamento mensal do aluguel. O montante das despesas de arrendamento operacional no exercício de 2011 na Controladora foram de R\$ 1.718 mil. As obrigações referem-se à manutenção dos bens em sua condição de utilização e os direitos referem-se à sua utilização de acordo com os propósitos dos mesmos.